



IDIOMATISMO NA EJA: UMA PROPOSTA COM O DISCURSO PARLAMENTAR

Dhienes Charla Ferreira¹

Priscila de Andrade Barroso Peixoto²

RESUMO: Este artigo consiste na elaboração de um *miniglossário* de idiomatismos como recurso pedagógico a ser utilizado no ensino de Língua Portuguesa na EJA. Para tal, apontamos os idiomatismos presentes durante o pronunciamento do ministro da Educação Cid Gomes, realizado no dia 18 de março de 2015¹. Além disso, destacamos inúmeros traços discursivos que geralmente caracterizam esse tipo de discurso.

Palavras-chave: Discurso parlamentar; Ensino; Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

No ensino de língua portuguesa na EJA, o trabalho com os idiomatismos ainda é muito escasso. Isto acontece, devido ao preconceito em torno dessas expressões consideradas como próprias da fala e, ainda, como produções autênticas que não contribuem para a escrita padrão. Entretanto, estas unidades complexas contribuem para a formação da competência lexical do aluno na EJA. E, por representarem o patrimônio lexical da língua portuguesa, não devem ser ignoradas no ensino de português.

Nesse âmbito, propomos o trabalho com os idiomatismos nessa modalidade de ensino, utilizando o discurso político. Selecionamos esse gênero, devido a sua expressividade ao conter alto índice de recorrência dessas expressões e por ser um texto autêntico.

Nessa proposta buscamos ir ao encontro das reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa proposto pelos PCNs (1998). Essas reflexões apontam para a necessidade de se trabalhar com textos autênticos devido as suas contribuições para uma melhor reflexão sobre a língua real.

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF; Campos dos Goytacazes, RJ;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF; Campos dos Goytacazes, RJ;

À vista disso, na primeira parte deste artigo trazemos considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa na EJA, levando em conta o uso social da língua, o conhecimento e a valorização da diversidade linguística. Já na segunda parte, objetivamos discutir a importância do trabalho com idiomatismos em sala de aula. Além disso, destacamos a escolha e características do gênero discurso político. E por fim, nas análises propomos a elaboração um *mini glossário* de idiomatismos para ser utilizado como um recurso pedagógico na valorização da diversidade linguística na EJA.

O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NA EJA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Nesta parte do artigo apresentamos algumas dimensões do processo de aprendizagem da escrita e da leitura na EJA, considerando a importância de sua assimilação por parte do aluno da EJA enquanto sujeito criador e transformador de sua própria história.

Neste sentido, a formação educativa precisa considerar o homem inserido em seu meio social de modo consciente às modificações e transformações que acontecem na sociedade. Sobre isso, Freire (1987, p.65) destaca que “mais do que nunca se faz indispensável o desenvolvimento de uma mente crítica, com a qual o homem possa se defender dos perigos dos irracionalismos, encaminhamentos distorcidos da emoção, características destas fases de transição.”

Entretanto, percebemos que a noção de leitura está muitas vezes ligada apenas à ideia do código linguístico fechado, deixando de lado as práticas sociais do uso da escrita. Ressaltamos que para a formação do leitor pleno, faz-se necessário derrubar a percepção de que só é possível ler o que está escrito, desviando a possibilidade da “leitura de mundo”, tão defendida por Paulo Freire.

No processo de construção do conhecimento os sujeitos são desafiados a todo instante e suas opiniões são analisadas, seja para transformação ou afirmação do que é pensado. Em meio a esse movimento de idéias, e as pressões exercidas sobre elas, o professor deve manter uma relação de parceria com os jovens e idosos, alunos da EJA. Além de instigar o aprendizado, mostrando ao aluno que nesta aquisição ele é sujeito e não objeto. É necessário ir mais longe e apresentar que as interpretações e modos de enxergar o mundo são pessoais e passíveis de mudança.

Segundo Garcia (1999 *apud* SILVA, P. 56), é preciso reconhecer que os professores do ponto de vista do 'aprender a ensinar', passam por diferentes etapas, representadas pelas

exigências pessoais, profissionais e organizacionais, sendo imprescindível a investigação da prática dos profissionais de educação e das instituições educativas.

Portanto, percebemos a importância de se repensar as práticas existentes no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo que esse aperfeiçoamento profissional encontra um viés tanto na formação oferecida nos cursos de graduação, quanto na consciência do professor enquanto pesquisador e crítico, (re) pensando e (re) construindo sua prática. Isto posto, que o processo de construção do conhecimento não seja comprometido pelos percalços que surgem durante o processo de ensino-aprendizagem.

LÍNGUA, DISCURSO POLÍTICO E IDIOMATISMOS

A diversidade linguística deve ser reconhecida no ensino de língua materna na Educação de Jovens e Adultos. Nesse processo, de identificação da diversidade, busca-se o lugar da valorização da língua popular e da heterogeneidade do léxico no ensino. Assim, os idiomatismos integrantes da cultura popular, fazem parte da natureza das línguas e sua existência é vinculada à história social dos falantes de uma língua. Arroyo vai mais além ao propor a valorização dos saberes e da cultura popular, pois para ele,

Trata-se de incorporar uma das matrizes mais perenes da formação humana, da construção e apreensão da cultura e do conhecimento: reconhecer a pluralidade de tempos, espaços e relações, onde nos constituímos humanos, sociais, cognitivos, culturais... Reconhecer a cultura como matriz da educação (ARROYO, 2001, p.228).

Em se tratando de idiomatismos, podemos dizer que estão intimamente ligados com a função enunciativa para organização do discurso. Sobre isso, Charaudeau (2009, p.81) evidencia um “modo de organização enunciativo”, em que o idiomatismo “aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação”. E no jogo verbal, o orador forma uma relação de influência com o interlocutor, no caso deste artigo, com os outros parlamentares.

Nesse âmbito, entendemos que o texto em análise trata-se da língua em uso, sendo a língua um organismo vivo. Dessa forma, concordamos com Fairclough (2001), ao afirmar que um texto nos permite inúmeras significações. Assim, uma análise dificilmente nos esclarecerá tudo sobre o sentido do que está sendo enunciado.

Isto acontece, posto que, não só o contexto exerce influência sobre o que é dito ou escrito, e na forma como isso é interpretado, mas também, outros fatores influenciam nesse

processo de construção do sentido do texto. Fatores relacionados aos aspectos da identidade social do locutor tais como, gênero social, etnia ou idade, dentre outros que afetam de modo considerável as formas e os significados no processo de construção de um texto, seja ele falado ou escrito.

As expressões de cunho popular são utilizadas no discurso de forma independente às classes sociais, idade, dentre outros fatores. Além disso, pessoas de diversas culturas fazem uso desse recurso. Vale dizer, que as formas como essas expressões surgiram são diversas, e muitas das vezes incertas. Mas, é certo de essas expressões resistem não só ao tempo, como também a mudanças tecnológicas e científicas traduzindo de forma simples e direta o que há de mais expressivo nos sentimentos humanos.

A língua está relacionada com a sociedade e a cultura de forma intrínseca. Esses dois aspectos irão situar o orador, pois fazem parte do contexto em que o discurso será produzido. Em se tratando dessas relações Possenti afirma que,

É importante perceber que essas relações existem, mas não são diretas. Ou seja, uma língua não reflete o mundo “como ele é”. A relação é mediada pela cultura. Pode-se dizer que cada língua é uma visão particular de mundo. Esse fato revela-se mais claramente no léxico do que na sintaxe (2001, p. 25.).

É no texto que a palavra se realiza e que acontece a determinação do seu conteúdo semântico. Partindo dessa ideia, podemos dizer que, os idiomatismos revelam-se através da chamada heterogeneidade enunciativa, isto é, alteridade declarativa, manifestas em diversos estilos ou formas de discurso: direto, indireto e indireto livre.

No discurso direto essas expressões surgem como citações no discurso locutor. Neste caso, o enunciado de outro, por motivo da manifestação da fala, projeta o enunciado inserindo uma nova situação de enunciação. Já no discurso indireto, constrói-se a reformulação semântica global de uma fala que opera diretamente sobre o sentido ou em seu conteúdo. Por fim, no discurso indireto livre as instâncias enunciativas tornam-se indiscerníveis. Nessa situação o contexto é estabelecido de forma dependente.

Para Halliday a legitimidade é alcançada a partir do “agir retoricamente”. Assim, “construir com palavras e outros símbolos uma realidade dentro da qual os outros vejam as coisas como gostaríamos que eles as vissem” seria necessário para o processo de aceitação do interlocutor do que se está sendo dito (1987, p. 9 *apud* SANTOS, 2010).

Charaudeau, ainda afirma que essa legitimidade se dá no plano político, e depende “das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores” (2006, p. 65 *apud* SANTOS, 2010).

Em se tratando de discurso parlamentar, objeto desse artigo, a legitimação acontece quando o discurso é autorizado, ou seja, é autêntico. Isto ocorre através da construção retórica subordinada às regras de uso da palavra, limitadas aos regimentos internos das instituições legislativas.

ANÁLISE DO TEXTO

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a de análise qualitativa, ou seja, de cunho interpretativo utilizando os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa. Consideramos que a situação real molda a língua e é por ela moldada, numa relação dialética que associa o sistema linguístico ao contexto social dos sujeitos. Dessa forma, a característica do discurso parlamentar submete-se a elementos selecionados pelo próprio orador e às funções sociais da língua.

Para esta pesquisa, analisamos o contexto de pronunciamento do ex-ministro da Educação Cid Gomes a partir de uma perspectiva discursiva. Apontamos as expressões de cunho popular, os idiomatismos, presentes no discurso realizado por Gomes a fazerem parte do *mini glossário*. Além de alguns de inúmeros traços discursivos que geralmente caracterizam esse tipo de discurso.

O ex-ministro Cid Gomes que à época se encontrava na posição de ministro da Educação proferiu seu discurso com objetivo de atender as exigências de uma convocação feita através de um requerimento a pedido da câmara, para uma audiência pública com plenário lotado. Buscava-se a retratação devido à declaração feita por Gomes durante uma palestra anterior a estudantes da Universidade Federal do Pará, no dia 27 de fevereiro de 2015, onde fazia algumas acusações direcionadas aos parlamentares do Congresso.

Após análise do contexto em que o discurso foi proferido, propomos a análise dos seguintes idiomatismos: I) *a carapuça*, II) *largar o osso*, III) *achaque*, IV) *papel de palhaço* e V) *colocar uma melancia*.

O contexto do relato consiste na convocação realizada com o apoio da base do governo, do então Ministro da Educação, Cid Gomes, para uma audiência pública com plenário lotado, onde buscavam explicações a uma declaração feita por ele durante palestra a estudantes da Universidade Federal do Pará, no dia 27 de fevereiro:

- *"Tem lá uns 400, 300 deputados que, quanto pior, melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil porque é a forma de eles achacarem mais, tomarem mais, tirarem mais, dele, aprovarem as emendas impositivas".*

Apesar de estar afastado até o dia 20 de março, por motivos de saúde, Cid Gomes foi à Câmara por convocação, no dia 18 de março para dar explicações acerca da declaração supracitada. Cid Gomes, que se apresentaria para pedir desculpas, em seu pronunciamento acabou reiterando as acusações de "achacadores" que fizera a centenas de deputados, e aos quais se dirigia na Câmara. Ao iniciar sua fala, Cid Gomes disse que "respeita" a legitimidade e atuação do Congresso, mas admite a declaração com a suposta acusação:

- *"Que me perdoe, eu não tenho mais idade, não tenho direito de negar aquilo que, pessoalmente, num ambiente reservado, num contexto, falei numa sede do gabinete do reitor".*

Segundo Gomes, a afirmação trata-se de uma posição "pessoal" e que não a manifestou como Ministro de Estado. Pode-se perceber no vídeo analisado que durante suas declarações houve um clima tenso na Câmara, onde vários deputados reagiram com irritação ao discurso do Ministro, e protestaram interrompendo seu discurso aos gritos, argumentando a necessidade de afastamento do Ministro por ofender os membros da Câmara. Após esse clima intenso no plenário, Cid Gomes, foi ao Palácio e pediu demissão a presidente do Brasil, Dilma Roussef, que acatou sua decisão.

Segundo Charaudeau citado por Paiva (2006) no ato de fala não existe liberdade total, mas sim, determinadas restrições nas situações de comunicação ou atos de linguagem. Em se tratando do discurso político, temos os,

- I. atores da comunicação: que seriam os locutores e interlocutores envolvidos na troca comunicativa;
- II. o "adversário": que no caso do contexto do pronunciamento, objeto de análise desse artigo, os deputados insatisfeitos com suposta acusação feita pelo ex-ministro;

No discurso proferido pelo ex-ministro da Educação, encontramos duas posições contrárias que aparecem claramente. De um lado, temos o ex-ministro que afirma a existência de parlamentares “*achacadores*” e de outro a Câmara, formada por parlamentares de oposição e de base, que formalizaram ideias e ações contra o mesmo em resposta a essas acusações.

Cid Gomes inicia seu pronunciamento no dia 18 de março de 2015 utilizando o “procedimento enunciativo” de alocução, um termo de Charaudeau: “*Senhores dirigentes da mesa, senhores e senhoras deputados. Venho hoje a essa casa (...)*”.

Posteriormente, o ex-ministro faz explicitações sobre sua carreira política. Desse modo, temos em seu discurso a existência de termos e construções típicas do discurso político, como nos seguintes trechos:

- *...desses cinquenta e um anos de idade, mais de vinte foram dedicados à vida pública...*
- *...Pela primeira vez nos últimos quarenta anos, pelos menos na história de nosso Estado, um governador de oposição ou um candidato de oposição ganha a eleição...*
- *...compressão de seu... [do parlamento] papel fundamental na vida democrática...*
- *...grande revolução na educação pública do nosso país... [expectativa para o Plano Nacional de Educação elaborado pelo mesmo]*

O filósofo Aristóteles citado em Santos (2010) considera o *ethos* como umas das mais importantes provas do discurso. Para o grande pensador, o orador precisaria ter “virtudes morais” que lhe garantissem credibilidade dentro de um contexto social. Isso levaria ao convencimento de seu *auditório* conferindo crédito ao que é relatado.

Em consonância com o pensamento Aristotélico, o ex-ministro faz uso de argumentos que enaltecem sua reputação. Ele apresenta feitos em sua carreira política com dados estatísticos de aceitabilidade do Parlamento e do povo em relação as suas atitudes políticas. Podemos averiguar esse fato nos seguintes trechos:

- *...tive o privilégio de ser eleito por unanimidade presidente da Assembleia Legislativo...*

- ... *deixei a prefeitura com pesquisas de aprovação registrando aprovação pública com mais de 90 por cento dos/da população de meu município, de Sobral...*
- ...Fui eleito em primeiro turno com mais de 60 por cento dos votos...

Já, o uso da primeira pessoa do singular em todo o seu pronunciamento constrói um tom de informalidade, tornando seu discurso construído em argumentos particulares a si mesmo. À vista disso, vemos em Charaudeau citado por Santos (2010, p. 143) que,

Enunciação elocutiva é expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal.

Notamos a presença dessa enunciação elocutiva na medida em que o ex-ministro a realiza com a intenção de deixar claro que suas ideias estão pautadas em sua própria visão e não como um ministro do governo.

Análise dos idiomatismos

Nessa parte do artigo apresentamos uma síntese da análise realizada dos idiomatismos. Foram selecionadas cinco expressões: *a carapuça* (proveniente da locução *vestir a carapuça*); *largar o osso*; *achaque*; *papel de palhaço* e *colocar melancia* (proveniente de *colocar uma melancia na cabeça*).

a) A carapuça

"Que me perdoem se isso fere alguém, se alguém traz pra si essa carapuça, se alguém se enxerga nessa oposição".

A expressão "vestir a carapuça" foi incorporada no português falado e escrito com o sentido de assumir a culpa. Nesse sentido, o ex-ministro da Educação utiliza-se desse idiomatismo para inferir que aqueles que se sentiram ofendido com a acusação o fizeram pelo fato de estarem assumindo uma possível parcela de verdade de tal afirmação.

b) Largar o osso

“Eu não quero aqui me referir ao nobre deputado Mendonça Filho, partidos de oposição, que têm o dever de fazer oposição. Partidos de situação têm o dever de ser situação ou então larguem o osso, saiam do governo, vão pra oposição. Isso será mais claro para o povo brasileiro”.

Segundo o então ministro, Cid Gomes, os deputados que se encontram em situação, ou seja, a favor do governo, não destinam o apoio as ações referentes ao Congresso, votando contra as orientações do Planalto. Para esses, o ex-ministro sugere que abandonem sua função saindo do governo. Para tal, ele faz uso do idiomatismo “largar o osso” que significa abrir mão de algo muito bom ou que se está conectado.

Ao mencionar o deputado da oposição Mendonça Filho (líder do partido Democrata), o ministro faz uma restrição com relação à oposição, deixando essa parcela de parlamentares fora do direcionamento de seu discurso. Mais a frente, ele confirma esse fato ao utilizar o idiomatismo “larguem o osso” fazendo referência àqueles que atuam na base governista, encontrando-se em uma posição de situação.

c) Achaque

“Eu fui acusado de ser mal educado. O Ministro da Educação é mal educado. Eu prefiro ser acusado por ele do que ser como ele, acusado de achaque”.

O pronome pessoal do caso reto “ele” funciona como um dêitico que depende do contexto da enunciação. Isto acontece, pois, ao assistir ao vídeo, percebemos que ao dizer esse pronome o ex-ministro aponta o dedo para o Presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha do partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Isto posto que, o presidente faz parte de um partido de situação e nas últimas investigações da “Operação Lava Jato”, ação que investiga os esquemas de corrupção da empresa “Petrobrás”, é apontado como um dos envolvidos.

Apropriando-se dessas acusações, em seu pronunciamento, o agora ex-ministro Cid Gomes, faz alusão a essa situação utilizando-se do termo *achacador* para adjetivar o presidente da Câmara. Esse termo indica uma espécie de defeito moral demonstrando a intenção do ex-ministro em fazer uma retaliação ao relato de mal educado feita pelo deputado Eduardo Cunha.

d) Papel de palhaço

Em resposta as acusações acontecem no plenário uma discussão entre os parlamentares e o então Ministro da Educação. E nesse momento, o deputado Sérgio Zveiter do partido PSD do Rio de Janeiro se manifesta:

*"Esse cidadão, me desculpe o termo, que eu poderia dizer aqui que no fundo, no fundo está fazendo um **papel de palhaço**..."*

Nesse contexto, o deputado utiliza essa expressão com intuito de expressar sua indignação em relação ao pronunciamento, como se o que estivesse sendo dito não ocasionasse efeito algum, a não ser, o riso.

e) Colocar uma melancia

"... que era melhor colocar uma melancia".

O mesmo deputado, ainda continua a expressar sua indignação, dizendo que o ex-ministro tinha uma intenção implícita de se aparecer publicamente sem um fundamento plausível ao utilizar o termo *colocar uma melancia* [na cabeça].

CONCLUSÕES

Do ponto de vista do processo sócio-histórico de aprendizagem e da formação de novos cidadãos participantes, acreditamos que o trabalho com o gênero do discurso político em sala de aula da EJA proporciona um meio de apresentar a política como caminho de transformação traçando um percurso das concepções do seu termo até o exercício na sociedade. A partir dessa contextualização da política, o professor deve mostrar a esses jovens, adultos e idosos que a política vai muito além da disputa partidária que acontece a cada ano eleitoral.

Portanto, ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar a importância do idiomatismo e o discurso político a fim de desenvolver competências associadas às especificidades dos educandos, levando-se em conta o modo de pensar e de construir o conhecimento dos adultos. Aspectos que, muitas das vezes, não possuem lugar no ensino de Língua Portuguesa na EJA. Entretanto, tentamos mostrar que estes podem sim ser

desenvolvidos através da exemplificação da prática discursiva, utilizando como base o pronunciamento de parlamentares para observar a presença da utilização de idiomatismos, caracterizado nos termos da dita “sabedoria popular”.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. UFMG. Alfabetização e cidadania. N° 11. Abril de 2001.

BRAIT, B.(org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF,1997.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso modos de organização**. São Paulo: Contexto: 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Mudança e discurso social**. Izabel Magalhães (tradução) Brasília: UnB, 2001.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, J. L. (Org.). **Linguística? Que é isso?** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. (org) **Introdução à linguística**. São Paulo: contexto, 2002.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 47ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da nossa Época, vol. 13).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2012.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SANTOS, E. P. dos. A palavra como arma: Análise do discurso do Deputado Mário Covas em defesa da imunidade parlamentar. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara do Deputados: E-Legis**, Brasília, n.4 , p. 133-148, 1º semestre 2010.

SILVA, A. M. M. A formação centrada na escola como estratégia institucional. In: Gatti, B. A. (Org.) [et al.]. **Por uma política nacional de formação de professores**. 1. ed. – São Paulo: Unesp, 2013.

ⁱ O pronunciamento se encontra disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=EZkQfVLQowc>, acessado em 18 de março de 2015.